

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Objetivo:

Analisar a viabilidade da contratação intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC no que tange a este processo, cujo objeto é Credenciamento para habilitação de instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, legalmente constituídas, com atividades voltadas ou vinculadas a serviços de assistência social, interessadas em prestar serviços de forma complementar ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS, para atender a demanda gerada para os serviços de Proteção Básica sob gestão do município de Itajaí/SC, visando a execução do **SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM IDADE ENTRE DE 05 (CINCO) A 17 (DEZESSETE) ANOS DE IDADE, REFERENCIADOS, AO CRAS PROMORAR**, a ser previamente estabelecido em plano de trabalho a ser apresentado pela entidade interessada.

Área requisitante da contratação: Secretaria Municipal de Assistência Social.

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento

Nome	cargo/função	Matrícula	E-mail
Thiago Roberto Vieira dos Prazeres	Assessor Executivo	2442701	thiago.prazeres@itajai.sc.gov.br

II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Considerando ser de competência da política de assistência social, frente aos avanços da Política Nacional de Assistência Social como direitos de todas as pessoas que dela necessitam, a fim de universalizar a cobertura e o acesso aos serviços socioassistenciais.

Atualmente o município de Itajaí possui 480 vagas distribuídas em apenas 2 instituições,

Secretaria Municipal de Assistência Social
Rua Antônio Adão Dias • 700 • Bairro São Judas
88.303-430 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 47 3248-0800 • Ramal/Fax: 220
www.itajai.sc.gov.br • executivosas@itajai.sc.gov.br



entretanto, em estudo analítico dos dados, evidenciamos que a oferta atual do SCFV atende apenas 69% da sua demanda qualificada, ou seja, identifica-se um déficit de 31% de vagas no município de Itajaí para o atendimento do público alvo deste serviço, justificando a ampliação da oferta para a garantia da proteção social básica.

Para além do aumento do quantitativo de vagas, faz-se necessário a ampliação da oferta de serviços, ou seja, um número maior de entidades parceiras, objetivando uma melhor distribuição territorial; para que assim possa ser respeitado o sentimento de pertença dos usuários junto ao seu território, associado a oferta nas localidades com maior demanda de vulnerabilidades e também a resposta da realidade diagnosticada pela vigilância socioassistencial.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Está previsto no Plano Anual de Contratação o credenciamento em tela.

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

O serviço deverá ser prestado em imóvel próprio ou locado pela instituição para esta finalidade, em área residencial e de fácil acesso, situada no município de Itajaí em um dos territórios de cobertura do CRAS Promorar, preferencialmente em área de maior risco e vulnerabilidade social.

O local de execução da Instituição deverá possuir alvará sanitário de funcionamento atualizado e expedido pelo órgão sanitário competente. A construção deve ser de alvenaria e oferecer recursos de infraestrutura e instalações físicas em condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança e garantir a acessibilidade a todas as pessoas com mobilidade reduzida, segundo estabelecido na Lei Federal nº 10.098/2000 além das exigências estabelecidas em códigos, leis ou normas pertinentes, quer na esfera Federal, Estadual ou Municipal e, normas específicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas referenciadas neste regulamento.

Com relação aos materiais, deverá a Instituição possuir materiais permanentes e materiais de consumo necessários ao desenvolvimento do serviço.

O espaço físico do Serviço deverá seguir as Normativas da Política de Assistência Social, estar



organizada de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes em adequação às necessidades dos (as) usuários (as), oferecendo um ambiente acolhedor.

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O município de Itajaí possui 480 vagas distribuídas em apenas 2 instituições, entretanto, em estudo analítico dos dados, evidenciamos que a oferta atual do SCFV atende apenas 69% da sua demanda qualificada, ou seja, identifica-se um déficit de 31% de vagas no município de Itajaí para o atendimento do público alvo deste serviço, justificando a ampliação da oferta para a garantia da proteção social básica.

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

- a) Execução direta pelo município: inviável, tendo em vista a falta de estrutura física e de servidores.
- b) Disponibilização de imóvel próprio e contratação de empresa terceirizada: inviável devido a ausência de imóvel disponível e vago.
- c) Locação de imóvel e contratação de terceirizada: inviável devido ao alto custo, além da fragilidade da prestação continuada do serviço.
- d) Execução indireta através de instituições credenciadas: melhor opção, tendo em vista a ausência de estrutura física e de pessoal próprio apto a lidar com referido público.

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Tendo em vista que a quantidade de vagas previstas no credenciamento não obrigada necessariamente a contratação, a solicitação de compra no valor de R\$ 1.291.176,00 (um milhão duzentos e noventa e um mil cento e setenta e seis reais) corresponde a:

NÚMERO DE VAGAS	VALOR POR VAGA	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
150	R\$ 717,32	R\$ 107.598,00	R\$ 1.291.176,00

IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)



Este credenciamento ficará vigente por prazo indeterminado, visando o credenciamento de instituição para prestação do serviço de forma indireta, que terá a vigência inicial de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada no interesse da administração nos termos da Lei nº 14.133/2021, e será precedida de avaliação da execução anuída pelo/a fiscal do contrato

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O presente objeto do credenciamento é incompatível com fracionamento.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não haverá contratações correlatas.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Oferecer acolhimento, bem como: orientação e encaminhamentos; grupos de convívio e fortalecimento de vínculos; informação, comunicação e defesa de direitos; fortalecimento da função protetiva da família; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; informação; banco de dados de usuários e organizações; elaboração de relatórios e/ou prontuários; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Tendo em vista que o último Chamamento Público deu deserto, considerando que as instituições que hoje possuem parceria firmada já estão com a capacidade técnica e operacional instaladas e não conseguem atender de forma totalitária a demanda existente no município, neste sentido, formalizado e finalizado o credenciamento, novas instituições que atendam às exigências deste edital possam participar garantindo assim, a prestação do serviço socioassistencial e proteção social de crianças e adolescentes público deste.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Os interessados deverão prezar por uma gestão adequada de resíduos; uso eficiente de



recursos, e a implementação de tecnologias verdes.

14. Responsáveis pela Elaboração do ETP

INTEGRANTE TÉCNICO



Documento assinado digitalmente

THIAGO ROBERTO VIEIRA DOS PRAZERES

Data: 03/10/2024 16:59:36-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Thiago R. V. Dos Prazeres

Matrícula: 2442701

Itajaí, 15 de setembro de 2024

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Datado e assinado digitalmente.

Itajaí/SC, 15 de setembro de 2024.



Documento assinado digitalmente

PEDRO ANTONIO GERALDI

Data: 07/10/2024 16:00:29-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Pedro Antonio Geraldi
Secretário Municipal de Assistência Social

Secretaria Municipal de Assistência Social

Rua Antônio Adão Dias • 700 • Bairro São Judas

88.303-430 • Itajaí • Santa Catarina

Fone: 47 3248-0800 • Ramal/Fax: 220

www.itajai.sc.gov.br • executivosas@itajai.sc.gov.br